



RELATÓRIO DETALHADO

OUVIDORIA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU-ES

O presente relatório tem o objetivo de apresentar informações sobre as atividades da Ouvidoria da Prefeitura Municipal de Baixo Guandu-ES (PMBG) relativas ao período de 20/10/2021, até 19/07/2022, após a adoção do sistema do sistema FALABR identificamos um grande avanço para a modernização e facilidade de participação popular em relação ao antigo E-SIC. Neste período a participação social por meio dos canais de atendimento disponibilizados pela Ouvidoria contabilizou 55 registros de manifestações na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação – FalaBR.

Dentre o total de registros apresentados acima: - 2 (duas) manifestações estão em análise e aguardando resposta; - 2 manifestações foram arquivadas por solicitação do requerente, - 4 manifestações foram desqualificadas por serem dirigidas ao Poder não competente para geri-las.

Vale destacar que a participação social teve maior expressividade nos registros de reclamação, ou seja, quando o manifestante demonstra insatisfação em relação ao serviço a ele prestado. Vejamos a seguir:

1) Manifestação- (Atendimento à população). NUP: 03079.2021.000002-16
2) Manifestação- Irregularidades de Servidores. NUP: 03079.2021.000003-05
3) Manifestação- Irregularidades de Servidores. NUP: 03079.2021.000004-88
4) Manifestação – Setor de fiscalização (construção irregular) -NUP: 03079.2021.000005-69
5) Manifestação - Defesa e Vigilância Sanitária- NUP: 03079.2021.000006-40
6) Manifestação - Serviços Urbanos. NUP: 03079.2021.000007-20
7) LAI - Pedido de Acesso a Informação. NUP: 03079.2021.000008-01
8) Manifestação - Serviços urbanos: NUP: 03079.2021.000009-92

9) Manifestação desqualificada - dirigida ao órgão não competente (encerrada); NUP: 03079.2021.000010-26
10) Manifestação desqualificada - dirigida ao órgão não competente (encerrada); NUP: 03079.2021.000012-98
11) LAI - Pedido de Acesso a Informação . NUP: 03079.2021.000013-79
12) LAI - Pedido de Acesso a Informação . NUP: 03079.2021.000014-50
13) Manifestação desqualificada - dirigida ao órgão não competente (encerrada). NUP: 03079.2021.000015-30
14) Manifestação - Sec. de Educação - FUNDEB. NUP: 03079.2021.000017-00
15) Manifestação Sec. de Educação - FUNDEB. NUP: 03079.2021.000018-83
16) Manifestação Sec. de Educação. NUP: 03079.2021.000019-64
17) Manifestação Sec. de Educação. NUP: 03079.2021.000020-06
18) Manifestação -Defesa e Vigilância Sanitária. NUP: 03079.2021.000021-89
19) Manifestação - Serviços Urbanos – Limpeza pública. NUP: 03079.2022.000002-42
20) Manifestação Sec. Saúde (Covid 19). NUP: 03079.2022.000004-04
21) Manifestação - Sec. Saúde. NUP: 03079.2022.000005-95
22) Manifestação- Sec de Infraestrutura, estrada e pontes. NUP: 03079.2022.000009-19
23) Manifestação- Sec. Saúde - Saúde Primária. NUP: 03079.2022.000005-95
24) Manifestação - Sec. Serviços Urbanos -Limpeza pública/empresa terceirizada. NUP: 03079.2022.000005-95
25) Manifestação - Defesa e Vigilância Sanitária. NUP: 03079.2022.000016-48
26) LAI (Elogio). NUP: 03079.2021.000001-35
27) Manifestação desqualificada - dirigida ao órgão não competente (encerrada); NUP: 03079.2021.000011-07
28) Manifestação - Dificuldade de acesso a serviços públicos. NUP: 03079.2021.000016-11
29) Manifestação – Setor de fiscalização e tributação (alvará). NUP: 03079.2022.000001-61

30) Manifestação – Sec. Assistência Social: NUP. 03079.2022.000006-76
31) Manifestação – Saae –Autarquia Municipal. NUP. 03079.2022.000007-57
32) Manifestação – Serviços Públicos –Fiscalização. NUP: 03079.2022.000008-38
33) Manifestação - Auditoria Fiscal. NUP: 03079.2022.000012-14
34) LAI – informação – Concurso Público . NUP: 03079.2022.000011-33
35) Manifestação – Sugestão. NUP: 03079.2022.000013-03
36) Manifestação – Defesa e Vigilância Sanitária. NUP: 03079.2022.000017-29
37) Manifestação – Comunicação – Procon Municipal. NUP: 03079.2022.000018-00
38) Manifestação – Outros em Meio Ambiente. NUP: 03079.2022.000019-90
39) Manifestação – Outros em Urbanismo. NUP: 03079.2022.000020-24
40) Manifestação – Infraestrutura em Fomento. NUP: 03079.2022.000021-05
41) Manifestação – Defesa e Vigilância Sanitária. NUP: 03079.2022.000022-96
42) Manifestação – Defesa e Vigilância Sanitária. NUP: 03079.2022.000023-77
43) Manifestação – Outros em Habitação – fiscalização. NUP: 03079.2022.000025-39
44) Manifestação - Denúncia de irregularidades de servidores. NUP: 03079.2022.000026-10
45) Manifestação – Defesa e Vigilância Sanitária (Animais). NUP: 03079.2022.000027-09
46) Manifestação – Sec. Educação (uniformes escolares). NUP: 03079.2022.000028-81
47) Manifestação – Sec. de Saúde (agendamento de consultas). NUP: 03079.2022.000031-87
48) Manifestação - Serviços urbanos. NUP: 03079.2022.000032-68
49) Manifestação – Sec. De Saúde. NUP: 03079.2022.000034-20
50) Manifestação – Setor de fiscalização e tributação (Alvará). NUP: 03079.2022.000035-00
51) Manifestação – Defesa e Vigilância Sanitária. NUP: 03079.2022.000033-49

52) Manifestação – Defesa e Vigilância Sanitária (animais). NUP: 03079.2022.000036-91
53) Manifestação – Transporte Rodoviário – Solicitação. NUP: 03079.2022.000037-72
54) Manifestação – Assistência Social. NUP: 03079.2022.000030-04
55) Manifestação – Defesa e Vigilância Sanitária. NUP: 03079.2022.000039-34

PEDIDO DE ACESSO A INFORMAÇÃO

O acesso à informação é um direito fundamental previsto no ordenamento jurídico brasileiro no art. 5º inciso XXXIII, bem como no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal de 1988. Todos os cidadãos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, conforme Lei 12.527/2011, e ainda conforme a lei municipal 3.116/2022, que regulamentou as atribuições desta ouvidoria.

***Prazo de resposta:** Até 20 dias podendo ser prorrogado por mais dez dias mediante justificativa.

LEGISLAÇÃO

• LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011

Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

• LEI Nº 13.460, DE 26 DE JUNHO DE 2017

Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

• LEI Nº 13.853, DE 8 DE JULHO DE 2019

Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências.

• LEI Nº 13.853, DE 8 DE JULHO DE 2019

Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências.

• LEI MUNICIPAL Nº 3.116, DE 11 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Baixo Guandu, Estado do Espírito Santo, e da outras providências.

PRINCIPAIS MOTIVOS DAS MANIFESTAÇÕES

O processo de triagem das manifestações por assunto e setor, é feito pelo diretamente pelo Ouvidor Geral do Município, que permite maior efetividade na transmissão de informação de forma categorizada, ou seja, direcionada ao setor correto.

Os assuntos Secretaria de Saúde, Defesa e Vigilância, Educação, Serviços Urbanos, foram os mais presentes, observa-se que os assuntos aqui destacados, em sua maioria, perpassam pelo cenário apresentado pela Pandemia de Covid-19 e a reorganização de atividades que se fez necessária diante da mesma.

PROBLEMAS E SOLUÇÕES ADOTADAS

Os canais de participação popular disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Baixo Guandu-ES, garantem a população guanduense, um contato direto com o Poder Executivo Municipal, ou seja, o povo sempre presente.

O foco da ouvidoria é garantir a cidadania, bem como a transparência de todos documentos, cumprindo estritamente o princípio da publicidade dos atos públicos, bem como as legislações federais e municipal vigentes, e encaminhando as manifestações, e/ou pedidos de acesso a informação as solicitações dos requerentes.

Vale destacar que por meio da obtenção de informações por meio da participação popular, com ajuda do aparato estatal, das Secretarias Municipais, dos Servidores Públicos, conseguimos evitar problemas, corrigir, melhorar, e o principal garantir ao cidadão o acesso a toda e qualquer informação pública, **que não esteja sob sigilo de justiça**, prevalecendo assim o previsto na Constituição Federal de 1988, que todo PODER emana do povo.

Baixo Guandu/ES, 19 de Julho de 2022

KENNEDY PHELIPE TEIXEIRA LITTIG

Ouvidor Geral do Município

Portaria nº 491/2021